



CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

JOÃO VICTOR BARBOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRIÇÃO NO COMBATE À
FOME 1999-2025**

Apucarana

2025

JOÃO VICTOR BARBOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRIÇÃO NO COMBATE À
FOME 1999-2025**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Nutrição da Faculdade de
Apucarana – FAP, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Nutrição.

Docente: Profa. Ma. Angélica Ferreira
Domingues

Apucarana

2025

JOÃO VICTOR BARBOSA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE NUTRIÇÃO NO COMBATE À FOME 1999-2025

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Nutrição, com nota final igual a _____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Ma. Angélica Ferreira Domingues
Faculdade de Apucarana

Profa. Dra. Mirian Cristina Maretti
Faculdade de Apucarana

Profa. Esp. Géssica Bengozi
Faculdade de Apucarana

Apucarana

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e sabedoria durante toda essa caminhada.

Aos meus pais, pelo amor, apoio e incentivo incondicional.

Ao meu namorado, pela paciência e compreensão nos momentos de dificuldade.

Aos professores, em especial à minha orientadora, pela dedicação e orientação essencial para a realização deste trabalho, aos meus colegas de turma por esses 4 anos muitos especiais aonde pude dividir com eles momentos especiais.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste TCC, minha sincera gratidão.

BARBOSA, João Victor. **Políticas públicas de nutrição no combate à fome**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Nutrição. Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana-PR. 2025.

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas de nutrição voltadas ao combate à fome no Brasil. Foi realizada pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa, utilizando artigos científicos, dissertações, livros e periódicos localizados no Google Acadêmico e na BVS. Inicialmente foram encontrados 514 artigos, sendo 469 excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 34 pré-selecionados; destes, apenas 13 foram incluídos na análise final. Os resultados demonstraram que o combate à fome no Brasil é um processo histórico, político e social, marcado por avanços e retrocessos, e que as políticas públicas de alimentação e nutrição devem ser entendidas como parte de uma rede intersetorial, envolvendo saúde, assistência social, educação e agricultura. Evidenciou-se que programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) contribuíram para a redução da fome e a promoção do direito humano à alimentação adequada. Entretanto, a descontinuidade de políticas, os cortes orçamentários e a fragilização de conselhos sociais representam limitações importantes para a manutenção dos avanços conquistados.

Palavras-chave: Políticas públicas. Nutrição. Fome. Segurança alimentar. Combate à Fome.

BARBOSA, João Victor. Nutrition Public **Policies in Combating Hunger**. 2025. Undergraduate Thesis (Bachelor's Degree in Nutrition) Faculdade de Apucarana – FAP, Apucarana, 2025.

ABSTRACT

The study aimed to analyze public nutrition policies focused on combating hunger in Brazil. A descriptive and exploratory research with a qualitative approach was conducted, using scientific articles, dissertations, books, and journals found in Google Scholar and the Virtual Health Library (VHL). Initially, 514 articles were identified, with 469 excluded for not meeting the inclusion criteria, leaving 34 preselected; of these, only 13 were included in the final analysis. The results showed that the fight against hunger in Brazil is a historical, political, and social process, marked by advances and setbacks, and that public food and nutrition policies should be understood as part of an intersectoral network involving health, social assistance, education, and agriculture. It was evidenced that programs such as Bolsa Família, the National School Feeding Program (PNAE), the Food Acquisition Program (PAA), and the institutionalization of the National Food and Nutrition Security System (SISAN) contributed to reducing hunger and promoting the human right to adequate food. However, the discontinuity of policies, budget cuts, and the weakening of social councils represent significant limitations to maintaining the achievements made.

Keywords: Public policies. Nutrition. Hunger. Food security. Combating hunger.

LISTA DE SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	10
2.1	Objetivo geral	10
2.2	Objetivos específicos	10
3	METODOLOGIA	11
3.1	Tipo de pesquisa.....	11
3.2	Amostragem Geral.....	11
3.3	CrITÉRIOS de Inclusão	11
3.4	CrITÉRIOS de exclusão	11
3.5	Local da pesquisa.....	11
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
4.1	História das políticas públicas de nutrição no Brasil.....	12
4.2	Nutrição como direito humano	12
4.3	Fome e insegurança alimentar e nutricional	13
4.4	Estratégias governamentais para o combate à fome	14
4.5	Impactos das políticas públicas na situação nutricional	15
4.6	Cenário atual e perspectivas futuras	16
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
6	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A fome é a sensação fisiológica que indica necessidade de ingestão de alimentos para suprir as necessidades energéticas e nutricionais. A fome está relacionada com problemas como a pobreza, desigualdade social, e falta de acesso a alimentos. Trata-se de problema mundial e um dos grandes desafios a serem vencidos pela humanidade (FAO, 2021).

De acordo com dados da Redes de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), cerca de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome em 2023. Isso representa cerca de 15% da população, o que é muito preocupante quando olhamos a população geral do país e seus recursos naturais.

Em 13 de junho de 2003 foi aprovada a Lei n.10.689 que é a criação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação- PNAA, vinculados ao combate à fome, visando trazer segurança alimentar e nutricional para famílias que recebem mensalmente apenas meio salário mínimo.

Concomitantemente, foi lançado o Programa Fome Zero, que é o conjunto de três políticas articuladas entre si, voltadas para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que foi aprovado em outubro de 2006. São elas: políticas estruturais para enfrentar as causas da fome e da pobreza; políticas específicas visando atender diretamente as famílias no acesso aos alimentos e políticas locais de segurança alimentar para áreas metropolitanas, a cargo de prefeituras e da sociedade civil.

Também no ano de 2003, em 30 de janeiro, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, com a finalidade de propor a formulação de políticas públicas e diretrizes para a política nacional de segurança alimentar e nutricional (Verardo, 2011).

No ano de 2006 no dia 15 de setembro foi instituído pela Lei n. 11.346, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) como a finalidade de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Trata-se de um sistema público intersetorial que possibilita a articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil organizada para implementação e execução das políticas públicas de segurança alimentar.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional têm como propósito garantir o direito humano à alimentação adequada, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social. Programas como o Auxílio Brasil, que promove a transferência direta de renda, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que assegura refeições saudáveis e ações de educação alimentar nas escolas públicas. São medidas governamentais que contribuem para o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade (Brasil, 2023). Além disso, essas ações intersetoriais fortalecem a promoção da saúde e a redução dos índices de insegurança alimentar no país.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as políticas de nutrição que atuam no combate à fome no Brasil.

2.2 Objetivos específicos

Identificar as principais políticas públicas de nutrição voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) no combate à fome no Brasil.

Identificar as estratégias dos programas das políticas de SAN no combate à fome no Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo caracterizou-se como pesquisa de revisão, descritiva e exploratória, sendo usados para realização da pesquisa artigos científicos localizados por meio do Google acadêmico.

A investigação busca compreender de que maneira as políticas públicas de nutrição desenvolvidas no Brasil atuam no combate à fome.

3.2 Amostragem Geral

A amostra foi constituída de artigos científicos, dissertações, livros, revistas científicas e periódicos, que abordassem sobre políticas de nutrição no combate a fome. Utilizou-se para busca de artigos as seguintes palavras chaves: políticas de nutrição, fome, nutrição, políticas de alimentação.

3.3 Critérios de Inclusão

Estudos e documentos que abordem políticas públicas de nutrição e segurança alimentar e combate à fome, publicados do ano de 1999 a 2025 em língua portuguesa, devido a história das políticas públicas nesse período de tempo.

3.4 Critérios de exclusão

Foram excluídos artigos que não trataram sobre a temática ou não tratem de nutrição fora do contexto de políticas públicas ou sem relação com o combate à fome, e aqueles artigos que estão fora da data estipulada ou em língua estrangeira.

3.5 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio de base de dados científicos: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 História das políticas públicas de nutrição no Brasil

O Brasil vivenciou, nas últimas décadas, uma mudança significativa no perfil nutricional da população. Enquanto na década de 90 predominava a desnutrição, hoje os altos índices de sobrepeso e obesidade preocupam especialistas. Essa transição está relacionada às alterações no padrão alimentar, como o consumo de ultraprocessados e a redução da atividade física.

Leandro e Oliveira (2021) apontam que essa dupla carga de má nutrição, pautada na desnutrição e no excesso coexistindo, exige respostas mais complexas e integradas das políticas públicas de saúde e nutrição.

Para enfrentar esse cenário, o país criou marcos legais como a LOSAN (Lei n. 11.346/2006), que estabeleceu o SISAN, sistema responsável por articular ações de segurança alimentar e nutricional. O CONSEA enquanto instância de participação social, desempenhou papel essencial na formulação de políticas públicas nessa área. Segundo o CONSEA (Brasil, 2010), essa estrutura garante a intersetorialidade e o controle social, promovendo o direito humano à alimentação adequada como responsabilidade permanente do Estado.

Diante disso, programas sociais como Fome Zero, Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram fundamentais para tornar a segurança alimentar uma política de Estado. Eles combinam ações de transferência de renda, apoio à agricultura familiar e alimentação escolar. Conforme Gomes *et al.* (2025), essas estratégias reduziram a fome, melhoraram o acesso aos alimentos e valorizaram os pequenos produtores. Nesse sentido, a integração entre programas fortalece a rede de proteção social e concretiza o direito à alimentação no cotidiano da população.

4.2 Nutrição como direito humano

O direito à alimentação adequada vai além da simples ingestão de alimentos, ele envolve a garantia de acesso regular a uma alimentação suficiente, equilibrada e culturalmente apropriada, com respeito à dignidade humana. Belik (2012) destaca que cabe ao Estado assegurar esse direito por meio de políticas públicas que viabilizem

esse acesso de forma igualitária para toda a população. Dessa forma, a luta contra a fome deve ser compreendida como parte das ações de promoção da cidadania e da justiça social.

É importante ressaltar que a alimentação foi oficialmente reconhecida como um direito social no Brasil após a Emenda Constitucional nº 64, em 2010, que incluiu esse direito no artigo 6º da Constituição Federal.

Para Bezerra e Silva (2017), esse reconhecimento transforma o acesso à alimentação em um dever legal do Estado e não apenas em uma responsabilidade moral. A Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), fortaleceu esse compromisso ao criar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), promovendo a articulação entre governo e sociedade civil na construção de políticas voltadas à segurança alimentar.

Nesse sentido, o Brasil passou a tratar a SAN como uma política pública estruturada e permanente com a criação do SISAN. Segundo Vasconcelos (2013), essa mudança permitiu integrar diferentes setores do governo e garantir a participação da sociedade no enfrentamento da fome. A política foi fundamentada em valores como equidade, respeito à diversidade alimentar e promoção da soberania alimentar, consolidando o combate à insegurança alimentar como um compromisso contínuo do Estado.

4.3 Fome e insegurança alimentar e nutricional

Silva (2020) afirma que a fome é a expressão mais crítica da insegurança alimentar e nutricional e reflete violações estruturais de direitos fundamentais, como o acesso à alimentação. Segundo a FAO (2022), aproximadamente 928 milhões de pessoas no mundo viviam em insegurança alimentar grave em 2021.

No Brasil, a Rede Penssan (2023) apontou que mais de 33 milhões de pessoas enfrentavam a fome em 2022, número preocupante diante do potencial agrícola do país. A situação evidencia que a distribuição de alimentos não é eficaz para garantir o acesso universal a uma alimentação adequada, sendo necessário o fortalecimento das políticas públicas e a correção das desigualdades sociais.

A origem da fome no Brasil remonta ao processo de formação histórica e social do país. Desde o período colonial, a concentração fundiária e a exclusão de grande parte da população do acesso à terra e aos recursos produtivos contribuíram

para a consolidação de um modelo agrário desigual, que ainda hoje reflete nas condições de insegurança alimentar enfrentadas por milhões de brasileiros (Castro, 2005).

Vasconcelos (2005) destaca que, embora a fome sempre tenha existido no território brasileiro, os primeiros estudos acadêmicos sobre alimentação e carências nutricionais só surgiram no século XIX, nas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Esses registros marcaram o início da compreensão científica a respeito dos efeitos da alimentação na saúde da população brasileira.

A insegurança alimentar e nutricional vai além da simples falta de alimentos, abrangendo também a dificuldade de acesso contínuo e seguro a alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional adequada. No contexto brasileiro, esse fenômeno está fortemente relacionado às desigualdades sociais, à pobreza persistente e à insuficiência de políticas públicas eficazes voltadas à garantia do direito à alimentação (Brasil, 2021).

Como destacam Vasconcelos e Batista Filho (2011), a fome não é apenas ausência de alimentos, mas também expressão de um sistema que não assegura o direito à alimentação como parte da dignidade humana.

4.4 Estratégias governamentais para o combate à fome

Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm desempenhado um papel significativo na melhoria da segurança alimentar das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade. Segundo Goulart e Ravazzani (2025), embora esses programas não garantam por si sós a segurança alimentar, eles contribuem para a aquisição de alimentos mais saudáveis, reduzindo a dependência de produtos ultraprocessados. No entanto, os autores destacam que é essencial complementar essas iniciativas com políticas públicas que promovam a educação alimentar e nutricional principalmente em escolas, visando a mudanças sustentáveis nos hábitos alimentares das populações beneficiadas.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa Família é constituído por três eixos principais: a) complemento da renda - todos os meses, as famílias atendidas pelo programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal; b) a fim de ter acesso a direitos, as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades) que têm como

objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social; c) articulação com outras ações – o programa Bolsa Família tem a capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias (MDS, 2018).

Além disso, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma estratégia essencial para promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Pereira *et al.* (2020) destacam que a implementação de ferramentas educativas, como a "Flor da Escolha Alimentar", pode facilitar o processo de autoconhecimento e reflexão sobre as escolhas alimentares. Essas abordagens interdisciplinares e participativas são eficazes para estimular mudanças comportamentais e fortalecer a autonomia dos indivíduos em relação à alimentação.

Entretanto, a implementação de ações de segurança alimentar em territórios vulneráveis requer uma abordagem integrada que considere as especificidades locais. Segundo Bezerra *et al.* (2020), iniciativas como hortas escolares urbanas e oficinas de preparo de alimentos podem ser eficazes para promover a educação alimentar e nutricional, além de melhorar o acesso a alimentos saudáveis. Essas ações contribuem para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, especialmente em comunidades com acesso limitado a alimentos frescos e nutritivos.

Desse modo, o fortalecimento da agricultura familiar é crucial para garantir o abastecimento alimentar e promover a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Bortoletto (2023) argumenta que políticas públicas voltadas para a valorização da produção local e sustentável são fundamentais para assegurar o acesso a alimentos saudáveis e diversificados. A autora enfatiza que o apoio à agricultura familiar não apenas beneficia os produtores locais, mas também contribui para a redução da insegurança alimentar nas comunidades mais vulneráveis.

4.5 Impactos das políticas públicas na situação nutricional

Para garantir a efetividade das políticas públicas, é essencial superar os modelos tradicionais de avaliação baseados apenas em indicadores quantitativos. Segundo Souza (2016), os instrumentos comumente utilizados para medir desempenho em programas de ciência, tecnologia e inovação são insuficientes para captar os reais impactos sociais dessas políticas, sendo necessário adotar metodologias que considerem resultados concretos e transformações em longo prazo.

No entanto, sabe-se que a implementação de políticas públicas no Brasil enfrenta entraves que vão além da escassez de recursos, envolvendo também a forma como o planejamento é conduzido. Oliveira (1999) destaca que o excesso de tecnicismo e burocracia acaba por desconsiderar o caráter político e social das decisões, comprometendo a eficácia das ações públicas e limitando sua adaptação às demandas reais da população.

Desse modo, a avaliação contínua e integrada das políticas públicas é uma prática ainda incipiente no cenário brasileiro. De acordo com Laisner e de Mario (2012), é preciso adotar abordagens que considerem tanto dados objetivos quanto aspectos normativos e qualitativos, de forma a fortalecer o compromisso com os resultados e promover a participação cidadã no processo de gestão pública.

4.6 Cenário atual e perspectivas futuras

O contexto pós-pandêmico agravou as desigualdades sociais e provocou retrocessos significativos nas políticas de segurança alimentar e nutricional. Como destacam Santos e Silva (2022), houve desestruturação de conselhos de participação social e redução do orçamento para programas essenciais, o que enfraqueceu a capacidade do Estado em responder à crise alimentar.

Nesse sentido, com a reformulação do Bolsa Família em 2023, buscou-se fortalecer a integração entre transferência de renda e políticas nutricionais. De acordo com Costa *et al.* (2023), a nova estrutura do programa incorporou critérios relacionados à saúde e à alimentação, promovendo sinergia entre segurança alimentar e inclusão social.

Diante dos desafios estruturais, diversas propostas vêm sendo discutidas para o fortalecimento das políticas nutricionais no Brasil. Para Recine e Gomes (2020), é fundamental resgatar o papel do Estado na coordenação intersetorial das ações e valorizar a participação social como elemento central da política pública de alimentação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram encontrados 514 artigos na base de dados Google Acadêmico e BVS. No entanto, 469 artigos foram excluídos por estarem em língua estrangeira, por não estarem no título ou no resumo as palavras chaves. Dos que restaram, 34 foram pré-selecionados, no entanto, apenas 13 artigos foram selecionados de acordo com o objetivo proposto da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Seleção bibliográfica

Autor	Título	Principais Achados	Políticas Públicas Abordadas	Contribuições para os Objetivos
VASCONCELOS 2005	Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula	Análise histórica das políticas de SAN	SISAN, PNAN	Apresenta uma análise histórica da evolução das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, desde o governo Vargas até Lula, evidenciando como mudanças no contexto político moldaram o combate à fome.
BELIK 2012	A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados	Agricultura familiar como pilar da SAN	SISAN, PNAN	Enfatiza a agricultura familiar como pilar da segurança alimentar, destacando sua importância na produção local de alimentos, na geração de renda e na promoção da soberania alimentar.
CAISAN 2018	Balanço das ações da Política SAN 2011-2018	Integração entre PAA, PNAE e Bolsa Família na redução da fome.	PNAE PAA Bolsa Família PNSAN	Apresenta um balanço da política nacional, evidenciando a integração intersectorial entre programas como PAA, PNAE e Bolsa Família. Mostra que a combinação dessas políticas foi decisiva para reduzir a fome.

RECINE; GOMES 2020	Política pública de alimentação e nutrição: desafios e perspectivas	Intersectorialidade e CONSEA como fundamentais	Fome Zero, CONSEA	Destacam o papel do controle social e da intersectorialidade como elementos fundamentais para a efetividade das políticas públicas de alimentação e nutrição. Ressaltam que a participação social (via CONSEA e conselhos locais) garante legitimidade, fiscalização e continuidade das ações prevenindo retrocessos.
PEREIRA <i>et al.</i> 2020	Ferramentas de educação alimentar	EAN como estratégia para escolhas saudáveis	EAN, PNAE	Mostram que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma ferramenta estratégica para promover escolhas alimentares saudáveis. A implementação de metodologias participativas fortalece a autonomia dos indivíduos.
BEZERRA <i>et al.</i> 2020	Educação alimentar e	Oficinas de fortalecimento de SAN	EAN, Hortas	Apontam que iniciativas locais, como hortas escolares urbanas e oficinas culinárias, fortalecem a SAN por meio da educação alimentar, descentralização das ações e valorização de práticas comunitárias adaptadas às realidades locais.
LEANDRO; OLIVEIRA 2021	Transição nutricional no Brasil	Dupla carga da má nutrição (desnutrição e obesidade)	PNAN, PNSAN	Apresentam a noção da dupla carga de má nutrição (desnutrição e obesidade coexistindo), trazendo novos desafios às políticas públicas. Contribuem ao mostrar que a SAN deve se adaptar ao cenário da transição nutricional.

SANTOS; SILVA 2022	Insegurança alimentar e retrocessos nas políticas públicas	Retrocesso político ampliou insegurança alimentar	PNAE, PAA, Bolsa Família	Apontam que retrocessos políticos, como cortes orçamentários e desestruturação de conselhos sociais, ampliaram a insegurança alimentar. Evidenciam a vulnerabilidade da continuidade das políticas frente a crises.
XIMENES 2023	Políticas públicas de alimentação e nutrição em tempos de crise	Extinção do CONSEA e cortes agravaram insegurança alimentar	CONSEA, SISA	Analisa os impactos da extinção do CONSEA e cortes financeiros, mostrando como o enfraquecimento institucional comprometeu a execução das políticas. Destaca a relevância do controle social e da participação popular como garantias de efetividade e legitimidade.
COSTA <i>et al.</i> 2023	O novo Bolsa Família e os determinantes sociais da saúde	Reformulação do programa pós-pandemia	Bolsa Família	Mostram que a reformulação do Bolsa Família incorporou critérios de saúde e nutrição no período pós-pandemia, promovendo maior integração entre segurança alimentar e políticas sociais. Apontam avanços, mas também desafios de alcance e implementação.
BORTOLETTO 2023	Geografia da fome, 75 anos depois	Riscos globais e mudanças climáticas afetam SAN	Agricultura Familiar, PNAN	Traz a perspectiva da geografia da fome em diálogo com riscos globais e mudanças climáticas. Ressalta que a insegurança alimentar está ligada também a fatores ambientais, indicando a necessidade de

				políticas adaptadas à crise climática e ao cenário internacional.
GOMES <i>et al.</i> 2025	Impacto do PNAE na renda dos agricultores familiares beneficiários do PBF	PNAE fortalece economia local e agricultores	PNAE, PBF	Evidenciam que o PNAE fortalece a economia local ao integrar agricultores familiares, ampliando a renda dos pequenos produtores e garantindo alimentação saudável nas escolas. Contribuem ao mostrar o impacto econômico positivo das políticas de SAN.
RECINE; VASCONCELLOS 2011	Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual	Balanço da implementação o das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	PNAN	Evidenciam que a PNAN completou dez anos à época da publicação do estudo e que, apesar das conquistas, passou por diversos desafios. Entendem o investimento político e programático na alimentação e nutrição como janelas de oportunidades, inclusive para o fortalecimento da alimentação como direito humano.

Fonte: Autor do trabalho (2025).

A análise dos estudos evidenciou que o combate à fome no Brasil constitui um processo histórico, político e social marcado por avanços e retrocessos. Vasconcelos (2005) mostra que desde Vargas até o início dos anos 2000 a trajetória da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi fortemente influenciada pelo contexto político, apontando que a criação de programas como o Fome Zero e o SISAN representou marcos estratégicos. Esse argumento é reforçado por Belik (2012), que acrescenta a centralidade da agricultura familiar como pilar da SAN, ampliando não apenas a produção local, mas também a economia das comunidades. Gomes et al. (2025) dialogam com essa visão ao demonstrar empiricamente como o PNAE, ao integrar agricultores familiares, fortaleceu tanto a renda de pequenos produtores quanto o acesso a alimentos de melhor qualidade.

Entretanto, a sustentação desses avanços dependeu fortemente da estabilidade institucional. Vasconcelos (2013) e Ximenes (2023) convergem ao

evidenciar que cortes orçamentários e a extinção do CONSEA fragilizaram o acompanhamento das políticas e aumentaram a insegurança alimentar, um cenário também observado por Santos e Silva (2022) no período da pandemia. Esses autores ressaltam que a ausência de instâncias de participação social compromete a continuidade das políticas, mostrando que, ao mesmo tempo em que o país avança em marcos legais, retrocede na manutenção de estruturas fundamentais. Essa fragilidade institucional demonstra que o combate à fome não depende apenas da criação de programas, mas também da capacidade do Estado em garantir continuidade e financiamento adequado. A interrupção dessas políticas ou conselhos sociais, como o CONSEA, provoca rupturas que comprometem o acompanhamento, a transparência e a efetividade das ações públicas, afetando diretamente os grupos mais vulneráveis.

Outro ponto relevante é a intersectorialidade, CAISAN (2018) aponta que a integração entre programas como PAA, PNAE e Bolsa Família foi decisiva para reduzir a fome. Essa conclusão dialoga diretamente com Silva e Pereira (2021), que destacam que programas combinados unindo transferência de renda, alimentação escolar e apoio à agricultura familiar tiveram maior impacto do que iniciativas isoladas.

No entanto, Silva e Pereira (2021) destacam que programas combinados, unindo transferência de renda, alimentação escolar e apoio à agricultura familiar, apresentam resultados mais efetivos do que ações isoladas, reforçando a importância de associar essas iniciativas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Além disso, a intersectorialidade revela-se essencial para evitar a sobreposição de programas e otimizar recursos públicos. A articulação entre ministérios, secretarias e sociedade civil potencializa o impacto das ações, tornando-as mais abrangentes e sustentáveis a longo prazo.

Nesse sentido, Pereira et al. (2020) e Bezerra et al. (2020) reforçam a importância da EAN como estratégia transformadora de hábitos alimentares, seja por meio de ferramentas pedagógicas, hortas escolares ou oficinas comunitárias. Para Silva e Pereira (2021), o acesso aos alimentos deve vir acompanhado de práticas educativas que estimulem escolhas mais saudáveis e sustentáveis.

Assim, as contribuições de diferentes pesquisas apontam para um consenso: políticas de combate à fome não podem ser restritas ao acesso físico e financeiro, mas precisam envolver também dimensões culturais e educativas. Tais dimensões também incluem o respeito às tradições alimentares regionais, a valorização dos

alimentos locais e o estímulo à autonomia das comunidades na produção de seus próprios alimentos. Esses fatores ampliam o alcance das políticas públicas e fortalecem o conceito de soberania alimentar.

Além disso, Leandro e Oliveira (2021) trazem à tona a questão da transição nutricional, mostrando que a coexistência de desnutrição e obesidade exige políticas mais complexas e integradas. Essa visão complementa os apontamentos de Silva e Pereira (2021), que destacam o risco de programas de renda favorecerem dietas de baixo valor nutricional caso não sejam acompanhados de políticas educativas e de incentivo à produção de alimentos saudáveis.

No contexto mais recente, Costa *et al.* (2023) analisaram a reformulação do Bolsa Família, evidenciando como a incorporação de critérios relacionados à saúde e nutrição buscou responder aos desafios do período pós-pandêmico. Essa análise converge com Recine e Gomes (2020), que defendem a participação social e a coordenação intersetorial como fatores essenciais para dar legitimidade e efetividade às políticas públicas. Entretanto, apesar dos avanços observados na reformulação de programas, ainda persistem desafios quanto à descentralização das ações e à capacidade técnica dos municípios em implementar as diretrizes da política nacional. O fortalecimento da governança local e do controle social é indispensável para assegurar que as políticas cheguem de forma efetiva às populações em situação de insegurança alimentar.

Por fim, Bortoletto (2023) amplia a discussão ao inserir a variável ambiental, ressaltando que mudanças climáticas e riscos globais podem comprometer a segurança alimentar. Seu argumento dialoga com Belik (2012) e Gomes et al (2025), reforçando que a valorização da produção local e sustentável não é apenas um instrumento de combate à fome, mas também uma estratégia de resiliência diante das transformações globais.

No cenário contemporâneo, o relatório da FAO (2024) aponta que o Brasil voltou a registrar aumento nos índices de insegurança alimentar, alcançando níveis semelhantes aos observados no início dos anos 2000. Esse dado reforça a necessidade de retomada e fortalecimento do SISA e do CONSEA como instâncias de coordenação e monitoramento das políticas públicas de nutrição, garantindo sua continuidade e efetividade.

Dessa forma, observou-se que os autores, embora com ênfases distintas, apontam a defesa de três elementos centrais para o combate à fome no Brasil:

fortalecimento institucional e financiamento contínuo; integração intersetorial entre programas de renda, educação e produção local; a adaptação às novas demandas nutricionais e ambientais. A ausência de qualquer um desses pilares tende a fragilizar os avanços conquistados, evidenciando que o combate à fome é um processo dinâmico, que exige tanto estabilidade política quanto inovação permanente.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou como as políticas públicas de nutrição contribuem para o combate à fome no Brasil, evidenciando que a SAN é resultado de um processo histórico, político e social marcado por avanços e desafios. Observou-se que programas como o Bolsa Família, o PNAE e o PAA foram fundamentais para ampliar o acesso à alimentação adequada e fortalecer a agricultura familiar, mostrando a importância da integração entre as áreas da saúde, educação, assistência social e agricultura.

Observou-se ainda que a intersetorialidade e a participação social, representadas por instâncias como o SISA e o CONSEA, são essenciais para a efetividade das políticas. É importante destacar que a descontinuidade de programas e a redução de investimentos, fragilizam os avanços obtidos e comprometem a garantia do direito humano à alimentação adequada. Além disso, o fortalecimento da EAN aparece como elemento indispensável para promover mudanças duradouras nos hábitos alimentares e valorizar a cultura alimentar brasileira.

Conclui-se que o combate à fome no Brasil exige a manutenção de políticas públicas estruturadas, com financiamento contínuo e articulação entre governo e sociedade civil. Somente por meio de ações integradas e sustentáveis será possível assegurar a todos os brasileiros o pleno exercício do direito à alimentação adequada e saudável. Nesse sentido, recomenda-se que futuras políticas e estudos aprofundem o acompanhamento dos impactos sociais e nutricionais dessas ações, contribuindo para o aprimoramento constante das estratégias voltadas à erradicação da fome e à promoção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.
- BEZERRA, Ana Paula de Albuquerque; SILVA, Maria Aparecida Borges da. A alimentação como direito social na Constituição Federal de 1988: Avanços e Desafios. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 385-398, 2017.
- BEZERRA, José Arimatea Barros *et al.* Educação alimentar e nutricional na escola: hortas escolares urbanas e oficinas para o preparo de sal de ervas. **Cadernos do FNDE**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2020.
- BORTOLETTO, Ana Paula. Geografia da Fome. *In*: CAMPELLO, Tereza *et al.* (org.). **Geografia da Fome – 75 anos depois**: novos e velhos dilemas. São Paulo: Editora da Faculdade de Saúde Pública da USP, 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2023
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2021.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL [CAISAN]. **Balanço das Ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2011-2018**. Brasília, DF: CAISAN, 2018.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, Patrícia Leal da *et al.* O novo Bolsa Família e os determinantes sociais da saúde: avanços e desafios para a segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 23, supl. 1, p. S37-S44, 2023.
- FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Rome: FAO, 2021.
- GOMES, Marilena Cordeiro *et al.* Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, e286558, 2025.

GOULART, Suellen; RAVAZZANI, Edilceia Domingues do Amaral. A influência de programas brasileiros de transferência de renda na qualidade da dieta e na segurança alimentar dos beneficiários. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição [RASBRAN]**, v. 15, p. 1-13, 2025.

LAISNER, Regina Claudia; DE MARIO, Camila Gonçalves. A avaliação de políticas públicas: dimensões conceituais e desafios atuais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 305-320, jul./dez. 2012.

LEANDRO, Bianca; OLIVEIRA, Omara Machado Araujo de. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. **Asklepion: Informação em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2021.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Conheça o Programa Bolsa Família, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-ehttps://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familiaprogramas/bolsa-familia>. Acesso em: 07 jun. 2025.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Planejamento e políticas públicas: diferentes enfoques e a prática no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, p. 27-43, nov./dez. 1999.

PEREIRA, Alyne Silveira *et al.* Desenvolvimento de ferramenta de educação alimentar e nutricional: uma construção interdisciplinar e interprofissional. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2020.

RECINE, Elisabetta; VASCONCELLOS, Ana Beatriz. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 73-79, 2011.

RECINE, Elisabetta; GOMES, Rafael Perez. Política pública de alimentação e nutrição: desafios e perspectivas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 33, e200004, 2020.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; SILVA, Maria Inês Reinert Azambuja. Insegurança alimentar e retrocessos nas políticas públicas no Brasil: reflexões no contexto da pandemia da Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1699-1708, 2022.

SILVA, M. A. L.; PEREIRA, P. R. Políticas públicas de nutrição e o combate à insegurança alimentar no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2021.

SILVA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, João Carlos. Vamos, sim, falar da fome! **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-10, 2020.

SOUZA, Carlos Roberto Pinto. **Resultados e impactos em políticas públicas: o desafio da avaliação em programas de ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2016.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis; BATISTA FILHO, Malaquias. A trajetória histórica da nutrição no campo da saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 81-90, 2011.

VERARDO, Joselaine Frasson; MOURA, Gilnei. **Políticas públicas de combate à desnutrição infantil**. Universidade Federal de Santa Maria. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18144/TCCE_GPM_EaD_2011_VERARDO_JOSELAINE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2025.

XIMENES, J. Políticas públicas de alimentação e nutrição em tempos de crise no Brasil. *Interference* - **Revista de Extensão e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 25–38, 2023.